



Universidade do Minho  
Conselho Geral

## **Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho**

**Ata Nº 06/2018**

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão aberta ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

**= Reunião aberta ao público =**

### **Assuntos de iniciativa do Conselho Geral**

1. Aprovação da ata número 5/2018, referente à reunião do dia 22/10/2018;
2. Apreciação do Regulamento do Conselho de Ética da Universidade do Minho;
3. Apreciação dos atuais procedimentos de gestão dos projetos de investigação;
4. Reflexão sobre os estudos doutorais na Universidade do Minho;
5. Outros assuntos.

### **Assuntos de iniciativa do Reitor**

1. Plano de Atividades da Universidade do Minho para 2019;
2. Plano de Atividades dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2019;
3. Orçamento da Universidade do Minho para 2019;
4. Orçamento dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho para 2019;
5. Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da UMinho;
6. Estatutos do Centro de Medicina P5;
7. Estatutos do Laboratório Colaborativo ProChild Against Poverty and Social Exclusion – Association;
8. Informações.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Ana Serrano, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, Joaquim Rocha, Luís Amaral, Maria Helena Guimarães, Óscar Gonçalves, Paulo Pereira, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Nuno Reis, Maria José Costa, Victor Soares, José Teixeira, Maria da Graça Coelho, Manuel Carvalho da Silva, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência as Conselheiras Patrícia Jerónimo Vink e Inês Silva. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

O Presidente cumprimentou os presentes, assim como os membros da Comunidade Académica que se encontravam a acompanhar a reunião através da transmissão, e deu início à reunião do Plenário.

## **Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral**

### **1. Aprovação da ata n.º 5/2018, referente à reunião do dia 22/10/2018**

O Presidente colocou à votação a ata número 05/2018, respeitante à reunião do dia 22 de outubro de 2018, e na qual haviam sido incluídos os contributos recebidos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

### **2. Apreciação do Regulamento do Conselho de Ética da Universidade do Minho**

Foi solicitada a presença da Presidente do Conselho de Ética, Prof.ª Doutora Graciete Dias, que agradeceu a possibilidade de se dirigir ao Conselho para a apresentação do regulamento daquele órgão.

Informou que a elaboração do documento teve por base a realidade da Universidade e o enquadramento estatutário do órgão, assim como a experiência dos oito anos de funcionamento da anterior Comissão de Ética, e a consulta de regulamentos homólogos de outras instituições de ensino superior. Referiu também o cumprimento das normas e diretivas nacionais e internacionais deste âmbito, tendo realçado a aprovação recente do Decreto-Lei n.º 80/2018, de 15 de outubro, o qual estabelece os princípios e regras aplicáveis às comissões de ética que funcionam nas instituições de saúde, nas instituições de ensino superior e em centros de investigação biomédica que desenvolvam investigação clínica, e que poderá ser extrapolado para outras áreas, dado o rigor que impõe na forma como devem funcionar estas estruturas. No que respeita à metodologia adotada, mencionou a constituição de um grupo de trabalho no seio do Conselho de Ética responsável pela elaboração do documento, tendo este sido posteriormente discutido em reunião presencial onde todos os membros do órgão deram o seu contributo para a versão final, e o aprovaram por unanimidade.

Salientou o facto de o regulamento apresentado se tratar de um documento sintético e de fácil perceção por todos os membros da Comunidade Académica, e considerou como artigos mais importantes do mesmo o artigo 5.º, que define as competências do Presidente; o artigo 6.º, referente aos direitos e deveres dos membros do Conselho de Ética; o artigo 7.º, respeitante ao funcionamento do órgão e o artigo 8.º, onde são definidas as Comissões Especializadas.

O Presidente agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ética na elaboração do regulamento e colocou-o de seguida à apreciação dos Conselheiros.

O Conselheiro Óscar Gonçalves saudou a Prof.ª Graciete Dias e agradeceu o trabalho realizado na preparação do documento. Referiu-se ao facto de, no âmbito das suas competências, o Conselho de Ética ter iniciado com um foco de abrangência restrito, tendo sido alargado de acordo com as exigências da prática quotidiana, mas pareceu-lhe, todavia, ainda bastante restrito e questionou porque não estão também incluídas áreas como as tecnologias, as engenharias e as artes. Aludiu ao facto de ter explorado vários



documentos internacionais e neles se levantarem questões éticas muito importantes no que concerne às investigações realizadas nestas áreas. Mencionou ainda que também ao nível das artes cada vez mais se colocam questões éticas relevantes nos planos da investigação, da construção e da produção artística. Neste âmbito, solicitou a possibilidade de a redação da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º poder ser reorientada para *"... pela investigação em todos os domínios do conhecimento."*

No que respeita às Comissões Especializadas estabelecidas, entendeu que deveria também ser dada a possibilidade do aparecimento de outras, tendo sugerido a alteração da redação do n.º 2 do artigo 8.º para *"Integram o CEU Minho comissões especializadas, designadamente:"*.

Referiu o facto de na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º ser feita referência a *"... problemas éticos e bioéticos..."*, e entendeu que deveria ser retirada a referência a *"bioéticos"*, dado que a noção de *"éticos"* é mais abrangente. Entendeu também que no n.º 3 do artigo 3.º deverá estar expressa a possibilidade de os investigadores poderem solicitar pareceres ao Conselho de Ética, dado que uma das principais funções daquele Conselho é o de responder ao pedido de pareceres dos mesmos.

A Conselheira Isabel Soares mostrou a sua concordância com as questões colocadas pelo Conselheiro Óscar Gonçalves, subscrevendo as alterações de redação sugeridas. Manifestou surpresa pelo facto de o regulamento não prever outras áreas do saber muito importantes, e que levantam cada vez mais questões de natureza ética, como é o caso das artes, das tecnologias, das engenharias, da arquitetura e ciências do espaço e questionou se a referência às Ciências do Ambiente será no sentido de incluir essas áreas.

A Prof.ª Graciete Dias começou por referir que no passado a Comissão de Ética tinha funcionado apenas com duas Comissões Especializadas e que já aí havia sido afluída a necessidade de se constituírem outras à medida que a realidade da investigação levada a cabo na Universidade fosse sofrendo alterações, o que se viria a concretizar. Por essa razão, no funcionamento do atual Conselho de Ética estar prevista a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências do Ambiente.

Informou que os pedidos de pareceres nas áreas das engenharias e tecnologias estão a ser encaminhadas para as Comissões já existentes, na medida em que têm as suas valências agregadas às áreas nelas abordadas. Apresentou como exemplo o encaminhamento dos pedidos de pareceres na área da Engenharia Biológica e da investigação levada a cabo no I3Bs para a Comissão das Ciências da Vida e da Saúde, e questões muito pontuais na área da Música para a Comissão Especializada de Ciências Sociais e Humanas. Transmitiu que estão a ser definidas as normas orientadoras de funcionamento de cada uma das Comissões, assim como as subáreas de atuação, e que a experiência atual não justifica a criação de uma nova Comissão. Contudo, afirmou que se o número de projetos em diferentes áreas aumentar significativamente e se justificar a criação de uma nova Comissão, tal virá a acontecer.

Informou o Conselho de que serão realizadas as alterações aos normativos conforme as sugestões dos Conselheiros Óscar Gonçalves e Isabel Soares, tendo-lhe sido nesse momento solicitado pelo Presidente uma

a referência no regulamento a que serão criadas outras Comissões Especializadas à medida que o número de projetos em outras áreas assim o justifique.

Foi de seguida colocado à votação o regulamento do Conselho de Ética da Universidade do Minho, tendo este sido aprovado por unanimidade, com a indicação de inclusão no mesmo das sugestões de redação apresentadas.

### **3. Apreciação dos atuais procedimentos de gestão dos projetos de investigação**

O Presidente deu a palavra à Coordenadora da Comissão Especializada de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS), Conselheira Maria Helena Guimarães, que informou os presentes da reunião daquela Comissão ocorrida na semana anterior, na qual havia sido consensual a necessidade de serem discutidos em sede de Plenário algumas questões relacionadas com os atuais procedimentos de gestão dos projetos de investigação. Para esse efeito, foi compilado um conjunto de questões e preocupações pela forma como a gestão dos projetos de investigação está atualmente a ser conduzida pela Administração e pela Reitoria da Universidade, pontos esses considerados como fonte de constrangimentos na atividade de investigação. Para proceder à enumeração dos pontos identificados, solicitou a intervenção da Conselheira Sandra Paiva.

A Conselheira Sandra Paiva referiu tratar-se de uma matéria muito crítica e que preocupa a maioria dos investigadores da Universidade. Considerou que os processos de gestão, nas suas várias vertentes, são difíceis e demorados e comprometem significativamente a agilização da atividade de investigação. Para além de questões conjunturais verificadas ao nível nacional e internacional, disse existirem questões internas que exigem respostas rápidas e concretas, como por exemplo: i) para quando uma simplificação e clarificação dos procedimentos inerentes aos processos de tramitação, os quais se revelam bastante demorados e que requerem inúmeras autorizações? ii) como serão geridos os plafonds em 2019 dos vários projetos que não conseguiram executar verba em 2018? iii) como poderão ser apresentados até março de 2019, conforme solicitado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), os primeiros pedidos de pagamento dos projetos iniciados em 2018 com execução de verba em 2018 inexistente? iv) o plafond relativo aos overheads destes projetos transitará para 2019?

Retomou a palavra a Conselheira Maria Helena Guimarães, que se referiu aos atrasos nos processos de contratação de investigadores doutorados para projetos financiados pela FCT e solicitou informação sobre as medidas que poderão ser adotadas para ultrapassar os atrasos verificados. Pediu também informação sobre a situação contratual dos colaboradores ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), muitos deles responsáveis pela gestão de projetos, e cujos contratos terminam em junho de 2019. Relativamente aos financiamentos provenientes de verbas de

projetos europeus iniciados em 2018, nomeadamente os financiamentos ERASMUS, questionou se estes foram executados na totalidade ou se existe algum financiamento que terá de ser devolvido.

Apresentou de seguida duas sugestões de melhoria na gestão dos projetos de investigação, nomeadamente, o reforço da formação especializada ao nível da gestão financeira dos colaboradores que dão apoio aos projetos, face à existência de diferentes tipologias de projetos que exigem procedimentos específicos, e o reforço da formação na utilização da língua inglesa por esses colaboradores, com vista a uma eficaz comunicação com os países de língua estrangeira.

Em nota de reflexão pessoal, considerou a existência de consequências invisíveis, mas não menos importantes, decorrentes da ineficiência da gestão dos projetos, que dizem respeito à escusa, por parte de alguns docentes e investigadores, em liderar projetos internacionais, face às dificuldades e entraves à sua execução. Entendeu que esta situação compromete o desempenho e a imagem da UMinho no que respeita à sua participação nessa tipologia de projetos e conduz a um envolvimento nos mesmos claramente abaixo do potencial.

O Presidente deu a palavra ao Reitor que entendeu serem de extrema relevância as matérias apresentadas, dado que se referem a um eixo de atividade absolutamente essencial para a Universidade, e mostrou a sua disponibilidade para responder às questões colocadas.

Mencionou o facto de no Plano de Quadriénio 2017-2021 aprovado pelo Conselho, quer na área da investigação, bem como na área da qualidade institucional, existir um conjunto de medidas perspectivadas ao longo do tempo que procuram responder a matérias como aquelas que foram referenciadas pelas Conselheiras Maria Helena Guimarães e Sandra Paiva. Disse haver uma clara consciência da importância destes problemas, o que levou à formalização de um conjunto de medidas de ação previstas para os anos de 2018 e 2019. Aludiu ao momento particularmente crítico entre junho e setembro, no qual a Universidade se viu confrontada com sérias dificuldades orçamentais e afirmou que nesse momento foram definidas prioridades no que respeita à execução de projetos em estreita interação entre a Reitoria, Administração e Unidades de Investigação, o que permitiu ultrapassar os constrangimentos e atingir a situação atual, por si considerada como muito favorável.

Referiu que a UMinho teve ao longo de 2018 bons resultados nos projetos captados, projetos esses cada vez mais complexos e que envolveram a contratação de Recursos Humanos, cujo processo exige recursos especializados de que a Universidade não dispõe em número suficiente. Transmitiu a realização de alterações na estrutura do Gabinete de Apoio a Projetos e que está em vias de conclusão a revisão do Regulamento Orgânico da UMinho, a qual se apresentará como fundamental para melhorar os procedimentos dentro da instituição. Entendeu que o cenário atual é o de uma Universidade dinâmica, com capacidade competitiva para a captação de projetos e obtenção de financiamento, havendo, no entanto, espaço para melhoria.

Solicitou ao Presidente a possibilidade de intervenção do Vice-reitor para a Investigação e Inovação, Prof. Doutor Rui Reis, e do Pró-reitor para a Investigação e Projetos, Prof. Doutor Filipe Vaz, com vista à realização de uma apresentação ao Conselho sobre a situação dos projetos de investigação na UMinho, pedido esse que foi anuído pelo Presidente.

O Pró-Reitor Filipe Vaz cumprimentou o Conselho e fez uma apresentação detalhada da situação da atividade de investigação desenvolvida ao longo do ano de 2018 e informou os presentes das ações e medidas a adotar na gestão dos projetos em curso e naqueles que virão a ser aprovados futuramente.

Realçou o facto de, desde novembro de 2017, terem sido aprovados 257 projetos, os quais representam um valor de cerca de 43.7 M€. Deu de seguida a conhecer a divisão dos projetos aprovados por tipologia, assim como os montantes neles envolvidos, nomeadamente, projetos europeus – 14 (valor de financiamento de 3.7 M€); projetos internacionais - 15 (valor de financiamento 1.4 M€); projetos PT 2020 – 225 (valor de financiamento 38.1 M€) e outros projetos nacionais – 3 (valor de financiamento 460.000€). Deu a conhecer a distribuição destes projetos por UOEL, onde foi possível verificar quais as unidades que congregam de forma mais expressiva os projetos e o financiamento a eles associados.

No que respeita aos projetos em curso, chamou a atenção para o facto de estes associarem não só projetos de 2018, mas também aqueles que transitaram de anos anteriores. Referiu que em dezembro de 2018 havia 552 projetos em curso, num total de financiamento associado de 153 M€, tendo informado de que neste número não se encontram incluídos os projetos ERASMUS nem as prestações de serviço, e que se assim fosse o número de projetos em curso ultrapassaria os 600. Apresentou a divisão destes projetos por tipologia e valores de financiamento: projetos europeus – 48 (valor de financiamento de 25.4 M€); projetos internacionais - 48 (valor de financiamento 5 M€); projetos PT 2020 – 350 (valor de financiamento 112.9 M€) e outros projetos nacionais – 106 (valor de financiamento 9.8 M€). Realçou as dificuldades e constrangimentos financeiros tidos na gestão destes projetos, os quais foram agravados no período de junho a setembro, pelo que foram tomadas medidas no sentido de os mitigar, em particular a adoção da medida de acompanhamento da atividade de investigação projeto a projeto.

Por último, deu a conhecer os resultados globais da execução financeira dos projetos no ano de 2018, de acordo com as três prioridades estabelecidas. Quanto à primeira prioridade (projetos com término previsto até 31 de dezembro de 2018), disse existirem 65 projetos de investigação, aos quais corresponde uma execução total de 77,5 %, e 31 projetos estratégicos, cuja execução total é de 93,1%. A taxa de execução média da UMinho para os 96 projetos da prioridade 1 é de 84,4%.

No que diz respeito à segunda prioridade (projetos com término previsto até 30 de junho de 2019), referiu os 101 projetos de investigação, cuja percentagem de execução é de 52,8%, e 1 projeto estratégico com 80,5% de execução. A taxa de execução média da UMinho dos projetos pertencentes à prioridade 2 é de 52,8%.

Relativamente aos projetos cujo término está previsto após a data de 30 de junho de 2019 (terceira prioridade), informou a existência de 410 projetos de investigação e 1 projeto estratégico, cujas percentagens



de execução são, respetivamente, 14,3 % e 46,7%. Para o total de 411 projetos integrados nesta prioridade, a taxa de execução média da UMinho é de 14,3%

O Reitor enfatizou as dificuldades orçamentais acrescidas com a transformação significativa da atividade de investigação da Universidade e que o peso do orçamento nesta área é determinante. Referiu as exigências de gestão completamente novas para as quais a máquina administrativa não encontrou ainda a necessária adequação. Face aos problemas encontrados, disse ter sido identificada a metodologia para lidar com esta situação e desencadeados os procedimentos tendentes à correção da situação.

O Pró-Reitor Filipe Vaz chamou a atenção para a mudança de paradigma na contratação dos investigadores, que passaram do recebimento de bolsa para a celebração de um contrato, o que tornou o processo muito mais complexo, e informou que em 2017 havia 577 investigadores e que atualmente o número já ultrapassa os 1000.

Em termos de execução financeira, e face aos problemas identificados, foi estabelecida como prioridade de execução todos os projetos com término previsto até ao final do ano de 2018, havendo, tal como já referido, um controlo projeto a projeto de acordo com a seguinte escala de prioridades: primeira prioridade – projetos que terminam até 31 de dezembro de 2018; segunda prioridade – projetos que terminam até 30 de junho de 2019 e terceira prioridade – projetos que terminam após 30 de junho de 2019.

O Presidente sublinhou a importância das questões suscitadas e da apresentação realizada, pois permitiram concluir que a Universidade tem uma atividade de investigação muito robusta, mas que a Comunidade Académica está atenta e que, num espírito construtivo, entende que muito embora tenham sido definidos mecanismos de controlo, esta atividade deverá ser acompanhada e mais estimulada. Felicitou as Conselheiras Maria Helena Guimarães e Sandra Paiva, assim como os membros da Academia que ofereceram as suas reflexões acerca do que se passa neste domínio, bem como a todos aqueles que estiveram envolvidos na implementação do sistema de controlo apresentado.

O Conselheiro Óscar Gonçalves agradeceu a apresentação detalhada e chamou a atenção para o facto de os números apresentados demonstrarem que a atividade de investigação trouxe um problema à Administração da Universidade, muito embora este possa ser entendido como uma boa forma de repensar o seu funcionamento. Reconheceu que os resultados agora conhecidos resultam de um grande esforço exigido a todos os intervenientes, principalmente no que respeita à interação tida com a FCT, o que levanta graves problemas de gestão do quotidiano científico.

Referiu o apreço sentido pela Comunidade Académica pela proximidade com que o Pró-reitor Filipe Vaz tem vindo a efetuar esta gestão junto da Direção das Unidades de Investigação, mas pareceu-lhe que esta medida por si só não será suficiente para a resolução dos problemas. Solicitou a informação sobre quais as ações que estão previstas para fazer face aos problemas mais graves, nomeadamente, os problemas a montante

7 

que dizem respeito à FCT, assim como os que são colocados pela própria gestão dos serviços com que a comunidade científica tem que lidar diariamente.

Terminou a intervenção recordando que, aquando da passagem da Universidade para o regime fundacional, foi apresentado como um dos argumentos favoráveis a essa transição o facto de esse modelo permitir uma maior autonomia e facilidade na gestão/administração, o que, no seu entender, não se tem vindo a verificar. Apresentou alguns exemplos de instituições homólogas nas quais a gestão de projetos é muito mais flexível e questionou o Reitor sobre as vantagens que a UMinho vê no regime fundacional com vista a tornar este processo mais exequível.


O Conselheiro Eugénio Ferreira afirmou que, enquanto Diretor de um Centro de Investigação, sentia diariamente os problemas reportados. Aludiu à entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos como tendo sido um entrave significativo nos primeiros meses do ano de 2018, em parte pelo facto de a estrutura da Universidade não se ter preparado atempadamente para responder às exigências dessa nova legislação, tendo-se verificado o mesmo aquando da entrada em vigor do diploma que procedeu à simplificação do referido código. Fez também referência ao problema de orçamentação ocorrido no período de junho a setembro, o que obrigou ao estabelecimento de prioridades atendendo aos prazos de encerramento dos projetos, e mostrou o apreço pelo trabalho desenvolvido pelo Pró-reitor Filipe Vaz, ainda que de uma forma informal, no sentido de auxiliar as Unidades de Investigação a ultrapassá-lo, assim como pelo trabalho realizado pelo Administrador no sentido de permitir a execução dos projetos cujo término estava previsto para 31 de dezembro.

Chamou a atenção para o facto de os procedimentos adotados atualmente na gestão dos projetos serem extremamente complexos e para os atrasos significativos que os processos sofrem, face à obrigatoriedade de validação por parte do Conselho de Gestão. Entendeu que os formalismos e os procedimentos carecem de medidas de clarificação e simplificação, de modo a que não seja necessário despende tanto tempo em processos administrativos, e que essas medidas deveriam estar tipificadas no Plano de Ação para o Quadriénio 2017-2021.

Por último, pediu esclarecimento sobre a data prevista para a abertura da plataforma da gestão de verbas, face à dificuldade que alguns projetos iniciados em 2018 terão em executar os 15% do seu financiamento necessários para a apresentação do primeiro pedido de pagamento à FCT até 31 de março de 2019.

A Conselheira Ana Serrano agradeceu a informação prestada e pediu esclarecimento sobre o motivo pelo qual não foram incluídos na apresentação os dados referentes aos projetos ERASMUS, uma vez que estes colocam a UMinho no plano internacional e também eles, embora com menor financiamento, têm grandes exigências de execução. O Vice-reitor informou que a não inclusão dessa tipologia de projetos se ficou a dever apenas ao facto de os mesmos estarem sob a alçada do pelouro da internacionalização.

um  
8





O Conselheiro Victor Soares saudou a forma como o Pró-reitor Filipe Vaz procura diariamente resolver estes e outros problemas, mas entendeu que o modo informal como o faz por si só não é suficiente e chamou a atenção para os constrangimentos ao nível da aquisição de bens e serviços com que a comunidade científica se depara atualmente. Alertou ainda para o facto de muitas das soluções encontradas para os ultrapassarem conduzirem, por vezes, a prejuízos para a Universidade.

Relativamente ao facto de a máquina administrativa não responder com a celeridade devida, fez referência ao facto de os resultados obtidos terem sido conseguidos com o trabalho de vários intervenientes, essencialmente investigadores e professores, mas também por um conjunto de pessoas pertencentes ao Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão, pessoas dedicadas e com muitos anos de casa, sendo que uma grande percentagem da mesma se encontra em situação de precariedade. Deste modo, não gostaria que recaísse sobre os trabalhadores que não exercem funções de investigação o ónus de todos estes constrangimentos e morosidades. Disse ainda ser o seu entendimento de que poderá haver necessidade de efetuar novas contratações ao abrigo do direito privado, face a necessidades específicas, mas recordou a existência de trabalhadores dentro da Universidade com as competências e os conhecimentos necessários à adequação de novos procedimentos administrativos.

Terminou a intervenção afirmando que, muito embora a organização dos processos seja da competência da Reitoria e da Administração da Universidade, os trabalhadores estão dispostos a prestar toda a colaboração necessária à execução dos mesmos.

De seguida usou da palavra o Conselheiro Bruno Gonçalves que reconheceu o papel preponderante do Pró-reitor no acompanhamento deste processo, mas entendeu que, sob o ponto de vista estratégico da Universidade, o que se impõe ao Conselho é evitar que aquilo que é a ação consequente da Universidade ao longo do seu plano estratégico dependa apenas do critério de um ou outro membro da equipa reitoral, ou até do próprio Administrador.

Referiu-se à Fundação Universidade do Minho como sendo uma possibilidade de maior descentralização de recursos e de maior autonomia e que, no seu entender, tal será permitido sob o ponto de vista jurídico, mas apresentou muitas dúvidas no que respeita ao plano estratégico. Mencionou a convergência existente com o Estado no combate à precariedade, mesmo que isso implique reservas muito significativas, o mesmo não acontecendo no que respeita à autonomia no domínio da investigação. Afirmou que, ao analisar projeto a projeto, se está a voltar ao centralismo, na medida em que os cabimentos de cada projeto necessitarão do aval da Administração para que seja garantido que a prossecução dos projetos vai de encontro com as necessidades financeiras da Universidade. Entendeu que esta possa ser uma resposta imediata, mas tem dúvidas da sua exequibilidade face a problemas que possam surgir no futuro. Considerou importante que numa próxima apresentação seja realizada uma comparação com a situação do ano anterior, não apenas sob o ponto de vista global, mas também por UOEL.



O Presidente solicitou ao Pró-reitor uma reflexão sobre as considerações tidas pelos diferentes Conselheiros, no que respeita à gestão diária dos projetos, e ao Reitor sobre a organização geral, bem como se a passagem da Universidade a Fundação trouxe ou não vantagens neste domínio. Chamou a atenção para o facto de o crescimento exigir mais formalismos, pelo que entendeu ser necessário caminhar nesse sentido. Solicitou ao Reitor a disponibilização da apresentação para que esta possa ser distribuída pelos membros do Conselho, tendo este afirmado que a mesma será enviada para o secretariado.

Em resposta ao Conselheiro Bruno Gonçalves, o Pró-reitor Filipe Vaz referiu que a necessidade de adotar o acompanhamento projeto a projeto surgiu num período muito complicado e teve como único objetivo garantir a execução de todos eles. Este acompanhamento será feito no sentido de informar os responsáveis pelos projetos de eventuais desvios nas respetivas execuções, de modo a garantir a correção dos mesmos atempadamente. Afirmou que esta prática não tem qualquer carácter de centralismo da gestão dos projetos, e servirá apenas para garantir a maior percentagem possível de execução financeira dos projetos.

O Reitor solicitou ao Presidente para que o Vice-reitor, Prof. Doutor Rui Reis, fizesse uma breve intervenção, pedido que foi atendido.

O Vice-Reitor Rui Reis começou a sua intervenção por referir que o facto de a Universidade ter sido instituída como fundação pública com regime de direito privado facilitou a contratação de recursos humanos para a área da investigação, mas que, como a maior parte dos financiamentos da UMinho são públicos, esta ficou obrigada a seguir todos os procedimentos concursais da Administração Pública, o que tornou o processo moroso e conduziu aos constrangimentos verificados no início do corrente ano.

Relativamente à medida de acompanhamento projeto a projeto, afirmou que esta permitiu desbloquear um conjunto de processos, tendo também contribuído favoravelmente para o melhoramento da situação a entrada em vigor do Decreto-Lei 60/2018, de 3 de agosto, o qual veio simplificar os procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento das universidades, permitindo assim a aprovação no Conselho de Gestão da agilização dos processos de aquisição de bens e serviços. Ultrapassada esta situação de emergência, a principal preocupação será a criação e adoção de uma estratégia e procedimentos robustos para os projetos de terceira prioridade, aqueles que terminam após 30 de junho de 2019, e para os projetos que tiveram execuções muito baixas no ano de 2018, os quais terão de ser recuperados. A estratégia a criar deverá incluir procedimentos menos burocráticos e mais expeditos, e para isso contribuirá a reestruturação de unidades e serviços constantes no novo Regulamento Orgânico da Universidade.

Relativamente aos primeiros pedidos de pagamento a apresentar à FCT, referiu que o maior constrangimento se coloca ao nível da contratação dos investigadores, na medida em que se os processos de contratação só ficarem concluídos em data posterior à do término do prazo estabelecido pela FCT, esta rubrica terá percentagem zero e não serão atingidos os 15% de execução exigida. Dado que este problema é transversal a

várias instituições, aludiu à eventual necessidade de ser pedido um adiamento à FCT. Alertou ainda para o facto de não existirem, em algumas áreas, investigadores em número suficiente no mercado de trabalho para o preenchimento de todos os lugares a concurso.

Em resposta à questão colocada pela Conselheira Sandra Paiva, relativa à transição dos *overheads* dos projetos sem execução em 2018, recordou que a não execução em nada afetará o *overhead* definido para o projeto, o qual é global e estará disponível ao longo do período total de execução do mesmo.

No que respeita à sugestão de reforço de formação dos colaboradores afetos à gestão de projetos, disse ser bastante pertinente a realização dessas ações formações e solicitou ao Reitor a preparação de um programa de formação dirigido a estes trabalhadores, com o objetivo de lhes conferir as competências específicas para determinadas tipologias de projetos, quer aos níveis administrativo e financeiro, bem como no uso da língua inglesa. Ainda no âmbito dos colaboradores, fez referência à necessidade de articular a regularização das situações através do PREVPAP com o orçamento da Universidade, assim como balancear o número de investigadores e de colaboradores envolvidos nas atividades de investigação.

A finalizar a sua intervenção, disse ter dificuldade em perceber a escusa dos docentes e investigadores em liderar/participar em projetos internacionais e que gostaria de ver revertida essa situação.

O Reitor afirmou que este momento se revestiu de particular importância na medida em que foi possível partilhar com o Conselho a situação em que a Universidade se encontra, quais os problemas com que esta se vê confrontada e quais os resultados das ações encetadas para a sua resolução.

Realçou o facto de a atividade de investigação estar a conduzir a uma mudança de perfil da Universidade, mudança essa que coexistiu com alterações legislativas importantes cujo alcance não era muitas vezes evidente. Referiu que as medidas a adotar terão como objetivo a atuação ao nível da alteração dos procedimentos, que é indissociável das alterações a realizar na estrutura e atribuições das unidades e serviços e ao nível da formação das pessoas, na medida em que há consciência da qualidade dos trabalhadores e da sua capacidade de resposta, mas o perfil da Universidade alterou-se e a formação é a chave para que os seus trabalhadores possam responder adequadamente às necessidades específicas de certos setores que nela emergem.

Reconheceu o esforço do Pró-reitor Filipe Vaz na resolução da situação atual, ainda que numa vertente informal, mas entendeu que o ideal será atingir um processo de normalização, sendo para isso necessária uma aprendizagem da instituição no seu conjunto. Manifestou satisfação com os resultados obtidos, os quais proveem da atividade intensa de toda a comunidade de investigação.

No que diz respeito aos benefícios da passagem para o regime fundacional, disse que haverá um tempo para o Conselho se pronunciar sobre a permanência ou não neste regime, do qual foi defensor pelo conjunto de virtualidades que a ele estavam associadas, e reconheceu que nestas situações difíceis com as quais a UMinho se confrontou o modelo fundacional permitiu responder às necessidades urgentes, sobretudo na área da contratação, que de outra forma dificilmente seria possível atender.



#### **4. Reflexão sobre os estudos doutorais na Universidade do Minho**

O Presidente informou que este ponto da agenda havia sido proposto pela CE-EIIS e deu a palavra à Coordenadora da mesma, a Conselheira Maria Helena Guimarães.

A Conselheira Maria Helena Guimarães dirigiu-se ao Conselho informando que foi entendimento da CE-EIIS de que deveriam ser recolhidos, atempadamente, junto da Comunidade Académica contributos sobre o novo enquadramento dos estudos doutorais na Universidade, de modo a que o Conselho, quando chamado a pronunciar-se sobre a matéria, o pudesse fazer de forma informada e suficientemente refletida. Solicitou de seguida a intervenção do Conselheiro Óscar Gonçalves, dado que tinha partido dele a sugestão de inclusão deste ponto na agenda da reunião.

O Conselheiro Óscar Gonçalves iniciou a intervenção afirmando que esta proposta vem na sequência da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior, ao qual, no seu entender, não tem sido dada a devida atenção, com exceção da constituição do Consórcio das Escolas de Engenharia, o qual se tem dedicado, para além de outras matérias, à análise do fim dos Mestrados Integrados. Chamou a atenção para o facto de um dos pontos deste diploma dizer respeito ao novo enquadramento dos doutoramentos, no qual é possível verificar a redução de algumas das características dos atuais programas doutorais, assim como a sua articulação com a investigação e que, no caso específico da UMinho, essa alteração será concretizada através da criação de uma Escola Doutoral. Disse que o entendimento dos membros da CE-EIIS foi o de que a criação desta Escola poderá remeter para problemas importantes sob o ponto de vista estrutural, parecendo-lhes importante que a própria Comissão dinamizasse, num contexto Académico, um debate mais alargado sobre os estudos doutorais na UMinho e nas universidades portuguesas em geral. Referiu que no seio da Comissão foram sugeridos vários cenários para esse debate, como por exemplo, a organização de jornadas/fóruns de discussão com especialistas na matéria, e que o objetivo de trazer este ponto ao Plenário é o de procurar a validação destas iniciativas de reflexão sobre o tema e ouvir o Conselho sobre a melhor forma de as direccionar.

Antes de iniciar o debate, o Presidente pediu ao Reitor para fazer uma breve intervenção sobre a matéria.

O Reitor afirmou que, subjacente a algumas medidas previstas no Plano de Ação para o Quadriénio 2017-2021, estão patentes algumas preocupações sobre a formação doutoral na Universidade. Disse que esta formação tem já uma expressão muito grande e variável entre as diferentes UOEs, sendo que em algumas delas o número de estudantes do terceiro ciclo é muito elevado, e chamou a atenção para o facto de UMinho ser uma das poucas universidades que não possui ainda Escola Doutoral.

Deu de seguida a conhecer ao Conselho os elementos que estarão na base da criação da Escola Doutoral, em particular, a análise e o debate internacional em torno desta matéria que conduziu a que a generalidade das universidades europeias tenha optado pela criação destas Escolas; o facto de a OCDE ter procedido a uma avaliação do sistema científico nacional, na qual produziu orientações no que respeita à educação



doutoral; a existência em várias instituições nacionais congêneres de Escolas Doutorais, muito embora estas possuam configurações muito variáveis, na medida em que correspondem a objetivos diferentes e tiveram traduções orgânicas também elas muito diferentes.

Referiu que estes elementos serviram de base à construção de hipóteses que têm vindo a ser debatidas com as UOEI e informou que esta matéria foi também alvo de discussão em reunião com o Conselho de Presidentes de Escola, tendo resultado desse debate o entendimento de que a Escola Doutoral não constituirá uma unidade orgânica, mas sim um projeto de formação transversal a todas as UOEI e cujos objetivos são, essencialmente, os seguintes: 1) orientar a sua ação para a produção de referenciais de qualidade para a formação doutoral; 2) organizar planos de formação complementar dirigidos aos estudantes. Este eixo de atividade ganhará particular expressão quando o novo diploma aponta no sentido da desvalorização das componentes curriculares dos programas doutorais; 3) gerar ações orientadas para a capacitação do trabalho dos supervisores; 4) dinamizar e partilhar as boas práticas entre programas doutorais; 5) desenvolver iniciativas para a inserção profissional dos doutorados e iniciativas orientadas para o recrutamento de estudantes de qualidade.

Afirmou ser este o cenário que sustenta as decisões que virão a ser tomadas no que respeita à criação da Escola doutoral, a qual constituirá um projeto transversal orientado para a melhoria da qualidade da formação doutoral na UMinho.

O Conselheiro Óscar Gonçalves agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Reitor, mas recordou que o propósito da sua proposta era apenas o de auscultar o Conselho sobre a legitimidade de a CE-EIIS dinamizar junto da Comunidade Académica um debate sobre os estudos doutorais, de modo a refletir sobre esta matéria. Trata-se de uma atividade proactiva no sentido de generalizar esta discussão através da realização de jornadas ou outra tipologia de iniciativas.

O Presidente propôs que a CE-EIIS preparasse um documento com vista ao pronunciamento do Conselho sobre esta matéria, tendo a Conselheira Helena Guimarães afirmado que, no seu entendimento, para que a CE-EIIS possa desenvolver o pensamento sobre a matéria, seria importante receber os contributos atempados da Comunidade Académica e sugeriu que no contexto de elaboração do documento solicitado pelo Presidente fosse possível fazer uma consulta informal à Academia.

Este entendimento foi também o do Conselheiro Vítor Soares, o qual realçou o interesse estratégico da matéria para a Universidade, assim como a importância do Conselho em afirmar a sua aproximação à Comunidade Académica no sentido de suscitar e estimular o debate junto da mesma. Considerou que quanto mais implicada estiver a Comunidade Académica nos projetos da Universidade, maior será a garantia de sucesso dos mesmos.

O Conselheiro Óscar Gonçalves referiu que, à semelhança da metodologia utilizada pelo Reitor para fundamentar as decisões sobre os estudos doutorais na Universidade, a qual partiu de um campo aberto e



que implicou estudos e evidências variadas, seria importante que a Comunidade Académica refletisse sobre essas evidências, de uma forma aberta e não finalizada, solicitando ao Conselho a apreciação sobre a possibilidade de realização dessa abordagem por parte da CE-EIIS.

O Reitor pediu a palavra para dar nota de que o Conselho havia aprovado um plano de ação, no qual está prevista a criação da Escola Doutoral, e que a partir desse momento passou a estar comprometido com a concretização dessa medida, a qual será desenvolvida no estrito respeito pelos órgãos da UMinho e das suas competências.

Transmitiu que a proposta será elaborada pela equipa reitoral, a qual foi já presente ao Conselho de Presidentes das UOEI, e que será submetida à apreciação do Senado Académico, daí resultando a decisão final. Mostrou o interesse em conhecer as reflexões que o próprio Conselho venha a desenvolver, mas afirmou que não irá subordinar a proposta final àquilo que resulte de consultas informais, dado que no centro da tomada de decisões estarão os órgãos próprios, onde se inclui o Conselho, e é neles que debaterá a proposta.

O Conselheiro Bruno Gonçalves chamou a atenção para o facto de, muito embora a CE-EIIS possa ter um papel proactivo na dinamização deste debate, não deverá haver sobreposição de papeis nem ingerência no processo de tomada de decisão.

O Conselheiro Óscar Gonçalves afirmou não ser o seu entendimento de que Conselho se deva substituir a qualquer outro órgão da Universidade neste processo, mas considerou útil que se crie uma dinâmica de compreensão do fenómeno, que é complexo, e que se for conseguido o envolvimento da Comunidade Académica isso trará valor acrescentado às decisões que vão ser tomadas, as quais serão mais fundamentadas. Reiterou que o âmbito da sua proposta se restringe apenas a lançar as bases para uma discussão alargada sobre a complexidade do fenómeno que está em causa.

A Conselheira Maria Helena Guimarães secundou a intervenção anterior e afirmou que, em momento algum, foi intenção da CE-EIIS interferir no processo decisório da Universidade, mas apenas obter informação mais fundamentada para que, no momento em que o Conselho se tenha de pronunciar sobre esta matéria, o possa fazer com mais conhecimento.

Findo o debate, o Presidente agradeceu o trabalho realizado no seio da CE-EIIS e solicitou à sua Coordenadora para que, com base nas informações prestadas pelo Reitor e com a vontade de participação da Academia, fosse elaborado um documento, a apresentar numa próxima reunião do Plenário, no qual serão dadas a conhecer as reflexões produzidas pela CE-EIIS acerca dos estudos doutorais na UMinho e sobre o qual o Conselho se pronunciará.



O Presidente dirigiu-se de seguida aos membros do Conselho presentes para colocar à consideração dos mesmos a inclusão de um ponto adicional na agenda da reunião, tendo em vista a apreciação do Regulamento do Provedor Institucional da UMinho, não se tendo verificado qualquer oposição.

#### **5. Apreciação do Regulamento do Provedor Institucional da UMinho**

O Presidente recordou a designação do Prof. Doutor Aníbal Alves como Provedor Institucional da Universidade do Minho (Provedor), a quem pediu a presença para a apresentação do Regulamento a ser apreciado pelo Conselho.

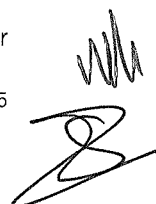
O Provedor agradeceu a oportunidade de se poder dirigir ao Conselho, e em particular ao Presidente pelo facto de este ter acedido à inclusão na agenda da reunião em curso do ponto relativo à aprovação do regulamento de atuação do Provedor. Informou que, uma vez reunidas as condições para o início da sua atividade, quer ao nível logístico, assim como ao nível do apoio administrativo e jurídico, urgia a elaboração do regulamento, o que foi conseguido num curto espaço de tempo.

O Presidente abriu de seguida o debate para apreciação do documento distribuído previamente aos membros do Conselho.

O Conselheiro Óscar Gonçalves cumprimentou o Provedor e desejou-lhe felicidades no exercício do cargo. Fez referência ao facto de em todo o articulado as queixas serem sempre direccionadas, por ações ou omissões, a órgãos ou unidades da UMinho e entendeu que, daquela que é a sua compreensão da função do Provedor, estas também deveriam poder ser direccionadas a pessoas singulares que, eventualmente, possam estar a vitimizar o queixoso. Referiu que em nenhum normativo é dada essa possibilidade, razão pela qual gostaria de ouvir esclarecimento sobre a matéria. Clarificou a sua questão com recurso ao exemplo de um trabalhador que, ao sentir os seus direitos violados por parte de um Secretário de Escola, possa apresentar queixa sobre essa pessoa singular.

Apresentou de seguida duas sugestões de melhoria da redação do documento, nomeadamente, a substituição da designação de Pessoal não Docente e Não Investigador para Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão, e a possibilidade de a apresentação da queixa poder ser realizada com recurso a uma plataforma eletrónica, dado que a experiência de outras provedorias mostra que isso facilita o acesso ao Provedor. Por último, solicitou que, por uma questão de uniformidade, dado que no preâmbulo é feita a referência apenas a Provedor, esta designação fosse utilizada ao longo de todo o documento.

O Conselheiro Victor Soares iniciou a sua intervenção agradecendo ao Reitor, ao Provedor e à jurista que o acompanhou na elaboração do regulamento agora em apreciação. Secundou a referência ao Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão, e apresentou uma dúvida no que respeita à redação do n.º 2 do art.º 7.º, referente à incompatibilidade do cargo de Provedor com o exercício de cargos nos órgãos de governo e questionou se esta não deveria ser estendida ao exercício de cargos em órgãos de consulta, como por



exemplo, no Senado Académico. Também na redação do art.º 8.º, n.º 1, alínea a), designadamente, na referência a “... *com vista à correção de atos ilegais.*”, disse perceber a preocupação, que balizará a atuação do Provedor por critérios de certeza e objetividade, mas entendeu que a intervenção do Provedor não deverá estar confinada à apreciação de reclamações sobre atos que possam estar eivados de eventual ilegalidade, mas também à prática de outros atos que possam ser passíveis de censura à luz daquilo que são os grandes valores e princípios que enformam a Universidade e que estão contemplados no Código de Conduta da UMinho.

A Conselheira Maria Helena Guimarães cumprimentou o Provedor e apresentou duas sugestões de pormenor: no preâmbulo, no artigo 2.º, onde se lê “... *mais simplificados.*”, entendeu que deveria constar apenas “... *simplificados.*”, dado que não é o espírito do redator efetuar a comparação. Na alínea a), do n.º 1 do artigo 13.º, julgou ser fundamental no quadro de apresentação de uma queixa ao Provedor a menção à função exercida e ao local de trabalho.

O Provedor agradeceu as sugestões apresentadas e solicitou o envio das mesmas para a sua incorporação no documento final. No que respeita à não adoção da designação de Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão, informou que tal se ficou apenas a dever ao facto de os Estatutos da UMinho não o considerarem.

Findo o debate, o Presidente colocou à votação o Regulamento do Provedor Institucional, o qual foi aprovado por unanimidade, com a indicação da inclusão no mesmo das sugestões apresentadas.

## **6. Outros Assuntos**

O Conselheiro Óscar Gonçalves pediu a palavra para informar o Conselho de que, no âmbito do projeto “Corpo docente: estudo demográfico e estratégias de rejuvenescimento”, haviam sido pedidos esclarecimentos por vários membros da Comunidade Académica sobre a possibilidade de integração nas equipas de investigação de elementos do corpo dos Estudantes, do corpo do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão, assim como de elementos externos à Universidade.

Após um breve debate, o Conselho deliberou, por unanimidade, possibilitar a integração na equipa dos projetos a concurso de membros do corpo de Estudantes e do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão e não aceitar a integração de membros externos à Universidade, dado tratar-se de um concurso interno.

Às 13h50m ausentou-se, justificadamente, o Conselheiro José Teixeira.

## **Assuntos de Iniciativa do Reitor**

### **1. Plano de Atividades da Universidade do Minho para 2019**

Para proceder à apresentação do Plano de Atividades da Universidade para o ano de 2019 o Presidente conferiu a palavra ao Reitor.





O Reitor informou o Conselho de que a proposta de Plano de Atividades para o ano de 2019 em análise havia sido apreciada favoravelmente em sede da Comissão de Planeamento e do Plenário do Senado Académico. Aludiu ao facto de o mesmo derivar do Plano de Ação para o Quadriénio 2017-2021, do qual foram retiradas as ações previstas para o ano de 2019 em função dos eixos de missão e das áreas de enquadramento, selecionando para cada caso os objetivos programáticos, as medidas de operacionalização e os indicadores de realização. Fez também referência ao facto de este plano materializar estratégias e orientações já validadas pelo Conselho, verificar as medidas previstas para 2018 que foram ou não concretizadas e introduzir pontualmente novas medidas. Fez de seguida uma apresentação breve das medidas previstas nos diferentes eixos de missão, enquadradas nas linhas características em matérias de educação, investigação e interação com a sociedade e internacionalização.

O Presidente agradeceu a exposição e colocou o documento à apreciação, conferindo a palavra ao Conselheiro Nuno Reis.

O Conselheiro Nuno Reis recordou que em sessões anteriores do Conselho havia sido focada a necessidade de ser conhecida com maior transparência a atividade desenvolvida pelo Gabinete para a Inclusão (GPI), o que considerou continuar a não acontecer, na medida em que no site daquele serviço não estão atualizados os boletins informativos, nem os respetivos planos e relatórios de atividade. Disse subsistirem queixas sobre as acessibilidades à cantina e ao pavilhão, assim como à não existência de uma dependência do GPI no Campus de Azurém. Face a esta situação, e tendo em consideração que um dos objetivos da UMinho é a criação de um plano de inclusão, sugeriu a criação de uma comissão estratégica com vista ao acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo GPI, através da apresentação de sugestões e propostas de atividade, de modo a reforçar a importância do Gabinete. Referiu ainda a importância da apresentação atempada dos planos e relatórios de atividade, assim como a emissão regular de boletins informativos.

Para além da sugestão da adoção da designação do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão em documentos futuros, o Conselheiro Victor Soares fez uma particular referência à formação como sendo uma área na qual a Universidade tem vindo a apresentar progressos, designadamente, no que respeita ao melhoramento da sua oferta formativa de modo a ir ao encontro das reais necessidades dos seus trabalhadores. Referiu a importância do instrumento de formação previsto no Despacho RT-23/2017, de 22 de março, que prevê a possibilidade de inscrição e frequência em unidades curriculares de forma avulsa, considerando que esta poderá ser uma forma de dotar os trabalhadores de mais competências. Evidenciou ainda a possibilidade de existirem casos em que, face ao interesse do serviço, os trabalhadores possam ficar dispensados do pagamento das propinas, ou verem reduzido o valor a pagar, se devidamente fundamentado pelo serviço.

Chamou a atenção para a necessidade de colmatar graves deficiências de recursos humanos ao nível dos técnicos de apoio aos laboratórios, onde se verifica uma escassez de recursos suficientes para preparar



convenientemente os laboratórios, e deu conhecimento das preocupações demonstradas por vários trabalhadores no que diz respeito ao estado de deterioração de alguns edifícios e locais de trabalho, em particular no equipamento de aquecimento e de ventilação.

O Conselheiro Óscar Gonçalves fez referência ao facto de o plano de atividades apresentado traduzir a mesma configuração das medidas previstas no Plano de Quadriénio 2017-2021, o qual mereceu o seu voto contra face aos riscos que o mesmo contém, e chamou particularmente a atenção para três deles. O primeiro resulta da adoção de uma política interna na qual o problema do envelhecimento dos universitários, assim como a falta de dotação de docentes, é resolvido com a introdução de investigadores no espaço docente. Em seu entender, isto conduzirá a um problema grave para as universidades que é o da coexistência de uma população jovem e brilhante que vai sendo canalizada para sucessivas situações de instabilidade. Fez notar que o modelo de contratação adotado pela Universidade enfatiza uma forte ligação entre o ensino e a investigação, assistindo-se a um maior número de oportunidades de contratação de investigadores, em detrimento da questão central que é a renovação do corpo docente, o que conduzirá a situações muito graves em alguns departamentos.

Considerou que a criação da Escola Doutoral poderá também constituir um risco ao deslocalizar progressivamente os projetos de doutoramento das UOEL para essa estrutura, e entendeu ser necessário um debate sério sobre a forma como esta Escola se irá compatibilizar com outros objetivos de internacionalização dos programas de doutoramento. Chamou a atenção para a eventual deslocalização dos programas doutorais, conforme medida OP.1-M.01, onde é feita a referência ao recrutamento de estudantes de doutoramento, o que não está previsto nos Estatutos da UMinho. Ainda neste âmbito, fez notar a criação da Assembleia dos Centros de Investigação, e questionou o seu enquadramento com as estruturas que estão preparadas institucionalmente para a supervisão desses Centros.

Por último, referiu-se às competências transversais na organização do currículo da formação dos estudantes, decorrentes das exigências legais, mostrando receio de que estas possam vir a constituir formas de afastar os docentes da gestão dos *curricula* da formação numa perspetiva proactiva dos futuros profissionais, face às competências transversais definidas pelas diferentes reitorias e associações profissionais.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva focou a sua intervenção nos contactos com os pré-universitários, os quais têm privilegiado o ensino secundário e que, no seu entender, deveria começar a incidir num conjunto de ações de envolvimento de empresas e organizações diversas, assim como serviços públicos da Administração Central e Local. Disse ainda ser de realçar o observatório das políticas públicas e a ideia da transversalidade a ele subjacente, e alertou para importância de que na sua execução haja mesmo uma grande preocupação de estruturar a transversalidade deste observatório, de modo a que o trabalho de investigação seja de análise crítica e se materialize em propostas concretas.



O Conselheiro Eugénio Ferreira centrou-se no eixo de missão da Investigação e mostrou o seu agrado ao verificar a existência de medidas com vista à simplificação dos procedimentos de gestão dos projetos de investigação, tendo questionado qual será o grau de realização até ao final do ano. Referiu que as medidas com vista à aproximação da Universidade às Escola Básicas e Secundárias, assim como à disseminação da investigação levada a cabo na UMinho para promoção da cultura científica dentro e fora da instituição, são já práticas comuns em várias unidades de investigação e pediu informação sobre o que vai ser feito ao nível do topo, sem prejuízo das atividades que cada unidade irá realizar.

O Conselheiro Bruno Gonçalves pediu ao Reitor para clarificar a questão da não alienação de edifícios, designadamente, se isso se verificará ao longo de todo o mandato ou apenas no ano de 2019, tendo o Reitor afirmado que não será realizada alienação de património no mandato 2017-2021. Pediu também informações sobre o âmbito do protocolo de cooperação assinado com a Universidade de S. Paulo, concretamente se este terá como propósito a mobilidade interestudantes ou a partilha de conhecimento científico, tendo sido esclarecido que o protocolo estabelecido com a Universidade de S. Paulo é um acordo de cooperação com vista à elaboração de projetos de investigação conjuntos.

O Conselheiro Ramón Villares mostrou-se de acordo com a criação da UMinho Editora e questionou se a impressão será em papel ou em formato digital, assim como se haverá lugar a parcerias com outras universidades. No que respeita à criação da Escola Doutoral, recordou a sua experiência na Universidade de Santiago de Compostela, cuja maior dificuldade sentida foi na definição da orientação e das competências de cada um dos grupos de investigação. Disse ser necessária a criação desta Escola e que do seu ponto de vista esta deverá ter como principal objetivo a coordenação das atividades doutorais e não tanto a criação de uma cultura própria dentro da mesma. Entendeu também a vontade de criar uma cultura científica, à qual deveria ser acrescentada também uma cultura humanista, mesmo no plano docente. Disse ser importante que todos os estudantes das áreas das ciências devam ter a oportunidade de cursar matérias humanistas e vice-versa.

Às 14h30m ausentou-se, justificadamente, o Conselheiro Manuel Carvalho da Silva.

Terminadas as intervenções, o Presidente deu a palavra ao Reitor para resposta às várias questões colocadas.

Relativamente ao funcionamento do GPI, o Reitor concordou com a afirmação de que a sua atividade está aquém do que seria esperado e que o Regulamento Orgânico atenderá particularmente a esta situação. No plano da formação do Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão, disse existir a plena consciência do desafio para encontrar a formação mais especializada e capaz de atender às necessidades próprias de certos segmentos dos trabalhadores, o que implicará rever o plano de conceção da oferta formativa e envolver de forma muito particular os dirigentes. Disse estar ao corrente da carência de recursos humanos para prestar o



apoio laboratorial e mostrou a sua convicção em como esta situação se conseguirá resolver através do PREVPAP.

Em resposta ao Conselheiro Óscar Gonçalves, disse ter clara consciência das situações de risco que estão subjacentes ao plano de atividades apresentado, mas que o seu principal objetivo é o de utilizar todos os instrumentos ao seu dispor que lhe permitam melhor capacitar as unidades e serviços da UMinho, quer seja através do emprego científico, no âmbito do qual foram também recrutados docentes, em parte devido à pressão por ele exercida, quer ao nível do PREVPAP e/ou outros que possam surgir. Referiu que a Escola Doutoral poderá trazer riscos, mas que outras instituições tidas como modelos possuem já esta estrutura por entenderem que ela dá resposta aos desafios futuros dos estudos doutorais. Referiu-se à articulação dos programas doutorais com as atividades de investigação como sendo uma prática que é já levada a cabo em algumas UOEI e que não pôs até ao momento em causa a estrutura das mesmas. Quanto às competências transversais, disse que a UMinho tem excelentes experiências nesta área e que existem UOEI com trabalho notável e criativo, permitindo agregar ao projeto de formação entidades externas à UMinho, possibilitando assim criar melhores condições de acesso dos graduados ao mercado de trabalho.

No que diz respeito aos contactos com os pré-universitários, informou que o plano atual está de facto balizado para as Escolas Básicas e Secundárias, mas que os cursos de ensino à distância e os cursos breves têm como destinatários colaboradores de empresas e entidades públicas.

Em resposta ao Conselheiro Eugénio Ferreira, informou que a percentagem apresentada no plano de atividades referente às medidas com vista à simplificação dos procedimentos de gestão dos projetos de investigação corresponde à execução daquela medida no ano de 2018, sendo que a expectativa para o ano de 2019 é a da sua conclusão. No que respeita à aproximação às Escolas, entendeu que as experiências atuais são muito boas e que o passo seguinte passará por uma maior estruturação das atividades a desenvolver, bem como pelo estabelecimento de protocolos que permitam uma forte articulação entre a UMinho e as Escolas Básicas e Secundárias.

Referiu que o processo de criação da UMinho Editora se encontra concluído, estando esta desenhada no sentido de ter uma edição sobretudo eletrónica podendo, pontualmente, ter também algumas edições físicas. Quanto à articulação desta com outras universidades, disse não estar posta de parte essa possibilidade, mas que as outras instituições têm já os seus projetos próprios o que nem sempre torna possível a compatibilização.

O Presidente informou o Conselho do parecer favorável dos membros externos ao Plano de Atividades da UMinho para o ano de 2019 e o Conselheiro Luís Amaral, na qualidade de Coordenador da Comissão de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, deu a conhecer a apreciação feita pela Comissão, também ela favorável à aprovação do plano apresentado.

Foi colocado à votação o Plano de Atividades UMinho 2019, o qual foi aprovado por maioria, com um voto contra e duas abstenções.

### 3. Orçamento da UMinho para 2019

O Reitor informou que o Orçamento havia sido submetido à Direção Geral do Orçamento em 30 de agosto, estando o mesmo acompanhado do parecer do Fiscal Único. Chamou a atenção para o facto de se tratar de um orçamento previsional, na medida em que a sua elaboração é anterior à aprovação do Orçamento do Estado (OE), podendo assim ser objeto de alterações decorrentes das medidas que venham a ser assumidas na versão final do OE, apresentando como exemplo disso mesmo o facto de a alteração do valor das propinas não estar aí contemplado. Comunicou que o Orçamento está enquadrado por medidas legislativas, de entre as quais destacou a conclusão da reposição dos acréscimos remuneratórios (acrécimo de 1.5 M€), a regularização dos vínculos precários (acrécimo de 2.9 M€) e a redução do valor de propinas a fixar pelas instituições de ensino superior (decrécimo de 2.2 M€), chamando, no entanto, a atenção para o facto de estas três rubricas estarem a aguardar decisão da Tutela no que respeita às respetivas compensações. Referiu que, face ao ano de 2018, se assistiu a um incremento de cerca de 25 M€, destacando ao nível da receita o aumento significativo da importância dos projetos de I&D. Fez também referência à redução das receitas próprias, face à diminuição do valor das propinas e das taxas a elas indexadas, assim como à diminuição do valor arrecadado por via da cobrança coerciva. Informou que a estrutura da receita se organiza em três rubricas: a dotação do OE (59.963.674 euros), as propinas e taxas (22.701.720 euros) e os projetos de I&D (58.803.334 euros), tendo chamado a atenção para o facto de o montante de projetos I&D se aproximar cada vez mais do valor da dotação do OE. Na estrutura da despesa, disse que as rubricas com maior expressão são as despesas com o pessoal (97.603.617 euros), a aquisição de bens e serviços (27.690.797 euros) e os pagamentos a bolseiros de investigação (13.393.640 euros). Mostrou preocupação pelo facto de uma parte significativa dos recursos humanos vir a ser financiada por transferências da FCT, na medida em que se essas transferências não ocorrerem de forma mais assídua, dificilmente a UMinho poderá fazer face a imprevistos.

Relativamente ao mapa do pessoal, transmitiu que este pretende acolher as novas realidades da UMinho, quer ao nível da contratação de docentes e investigadores, bem como das situações decorrentes da aplicação do PREVPAP.

O Presidente agradeceu a apresentação do Reitor e abriu a discussão do documento relativo ao Orçamento da UMinho 2019.

O Conselheiro Bruno Gonçalves questionou diretamente o Reitor no sentido de saber se a UMinho estabelecerá a propina no teto máximo estabelecido pela lei geral.

O Conselheiro Nuno Reis referiu a elevada dependência das universidades e do sistema de ação social dos fundos comunitários, dando a conhecer que 62% das bolsas para ação social direta são pagas através destes fundos, o que considerou bastante preocupante. Neste contexto, e face à ausência de fundos para a reabilitação de espaços e edifícios para a ação social e à maior exigência do cumprimento das normas de



aplicação dos fundos comunitários, questionou o Reitor sobre qual o papel que tem sido desempenhado pela Reitoria, pelo CRUP e pelo Ministério da Tutela na reprogramação desses programas comunitários, isto é, se os mesmos têm sido agentes ativos e chamados à discussão, e se o Ministério ou a UMinho têm em curso algum estudo sobre o impacto desta reprogramação nos orçamentos das Universidades.

O Conselheiro Victor Soares solicitou um esclarecimento sobre se os encargos relativos aos custos incrementais da implementação do PREVPAP serão assumidos pela Tutela, tal como previsto em termos de legislação e se, na eventualidade de o governo não cumprir com a respetiva transferência, esta situação estará devidamente acautelada.

Às 14h30 ausentaram-se, justificadamente, as Conselheiras Paula Silva e Sandra Paiva.

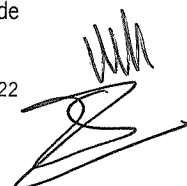
O Coordenador da CE-GAIAF, Conselheiro Luís Amaral, transmitiu ao Conselho a apreciação da Comissão relativamente ao Orçamento apresentado e enalteceu a transparência, os termos e clareza do documento apresentado, assim como o facto de este ter passado a incluir uma boa discriminação das verbas e a decodificação de aspetos técnicos e financeiros. Referiu como nota de preocupação da CE-GAIAF a crescente dependência decorrente de projetos de I&D e o risco que essa situação poderá vir a causar em outras dimensões da Universidade que não tenham uma ligação direta estes projetos. Apontou como aspeto menos positivo o parecer emitido pelo Fiscal Único, dado que o mesmo não acrescenta mais valia ao documento, na medida em que se remete a atestar a imprevisibilidade do futuro, que o Reitor e a sua equipa são pessoas de bem e que os mesmos certamente cumprirão a legislação em vigor. Referiu também o desfasamento da data da emissão desse parecer, agosto de 2018, com o momento de aprovação do documento, chamando a atenção para o facto de o orçamento ter remissões para legislação entrada em vigor dois meses após a referida emissão (outubro 2018).

Deu de seguida a conhecer o parecer favorável emitido pela CE-GAIAF à aprovação da proposta de Orçamento da UMinho, respeitante ao exercício de 2019.

O Conselheiro Eugénio Ferreira interpelou o Reitor no sentido de obter esclarecimentos sobre a referência na tabela 4. - Remunerações Certas e Permanentes, na rubrica "Pessoal aguardando aposentação", a um acréscimo de 360 mil euros, considerando um agravamento muito significativo numa rubrica desconhecida pela maioria das pessoas.

Terminado o debate, o Presidente deu a palavra ao Reitor para que este pudesse proceder aos devidos esclarecimentos.

O Reitor começou por abordar a questão da fixação das propinas e informou que, de facto, a UMinho irá estabelecer o valor da propina no teto máximo estabelecido pela legislação recentemente aprovada, face ao desconhecimento relativamente ao modo como as universidades vão ser ressarcidas. Recordou que o Conselho se deverá pronunciar em devida altura sobre a fixação desse valor e alertou para o facto de



qualquer que seja a decisão, esta deva ter em consideração o impacto que a nova medida tem no orçamento da Universidade e as perdas que daí advêm se não foram forem adequadamente compensadas.

Referiu-se à questão colocada pelo Conselheiro Nuno Reis como sendo muito oportuna e confirmou o facto de a UMinho ter uma atividade muito dependente dos fundos comunitários, com impacto em áreas sensíveis como a da ação social, e afirmou haver preocupações face ao desconhecimento dos desenvolvimentos que a União Europeia vai conhecer. Da parte da UMinho, caberá sinalizar as necessidades que não têm sido acolhidas e deverão ser consideradas, quer em sede de reprogramação ou em sede de novo quadro comunitário, ganhando aqui a questão do edificado particular importância.

Relativamente aos custos incrementais do PREVPAP, mencionou que a integração dos trabalhadores será determinada por um ato homologatório do Ministro das Finanças e que a partir daí a UMinho terá de honrar os seus compromissos, tendo considerado importante que houvesse um reconhecimento claro por parte do governo dos impactos incrementais que a medida tem no orçamento da Universidade.

Em resposta ao Conselheiro Eugénio Ferreira, esclareceu que os montantes da rubrica “Pessoal aguardando aposentação” estão diretamente associados ao aumento significativo de pedidos de aposentação.

O Conselheiro Bruno Gonçalves afirmou que, muito embora a proposta de orçamento em apreciação mereça o seu parecer favorável, não poderá votar a favor, na medida em que esta tem subjacente a assunção unilateral da Reitoria e da Administração de que haverá um agravamento do valor das propinas, mesmo antes de o Conselho assim o estabelecer.

O Reitor chamou a atenção para o facto de o valor das propinas expresso nesta proposta ser o que na atualidade é praticado, uma vez que o documento foi produzido em agosto de 2018, data na qual não havia qualquer juízo sobre o valor a fixar num momento posterior.

Após as explicações do Reitor, o Presidente deu a conhecer o parecer favorável dos membros externos à Proposta de Orçamento da UMinho para o ano de 2019 e colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

Face ao avançado da hora, o Presidente informou o Conselho da necessidade de realização de uma reunião extraordinária no início do mês de janeiro, com vista à apreciação dos pontos da agenda que não foi possível debater na presente sessão. Contudo, informou que os dois últimos pontos agendados, face à urgência da sua concretização, teriam de ser discutidos.

## **6. Estatutos do Centro de Medicina P5**

O Presidente colocou à discussão os estatutos do Centro de Medicina P5 e o Conselheiro Óscar Gonçalves referiu que as questões suscitadas no último sobre este documento haviam sido resolvidas, tendo sublinhado o facto de estes estatutos terem dois aspetos essenciais a ter em atenção em apreciações futuras, designadamente, o facto de existir um mandato semelhante àquele que está estipulado para a maioria dos



órgãos da UMinho e inclusão da limitação do mesmo, o que nem sempre tem vigorado nos estatutos de outros centros e associações anteriormente apresentados ao Conselho.

O Presidente colocou de seguida à votação a participação da UMinho no Centro de Medicina P5, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

#### **7. Estatutos do Laboratório Colaborativo ProChild Against Poverty and Social Exclusion – Association**

O Conselheiro Óscar Gonçalves que não iria participar na votação, invocando conflito de interesses, dado tratar-se de uma proposta da Escola à qual pertence.

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção, o Presidente colocou à votação a participação da UMinho no Laboratório Colaborativo ProChild Against Poverty and Social Exclusion – Association, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Conselheiro Eugénio Ferreira recordou que na última sessão do Plenário havia informado da participação do Centro de Engenharia Biológica em dois Laboratórios Colaborativos já aprovados, tendo recentemente sido aprovado um terceiro, pelo que solicitou a inclusão na agenda da reunião extraordinária de janeiro de um ponto para apreciação da participação da UMinho nessas estruturas.

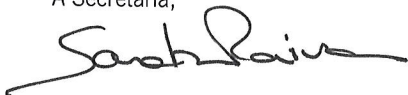
A Conselheira Maria Helena Guimarães sugeriu que no futuro, para além dos estatutos dos Laboratórios Colaborativos/Associações, fosse também apresentado ao Conselho um documento com a contextualização de criação e as atividades a desenvolver. O Reitor recordou que na reunião do Plenário de 22 de outubro foi deliberada a presença dos proponentes para esclarecimentos e respostas às questões do Conselho, o que hoje não se verificou apenas por limitações de tempo.

Findos os trabalhos, o Presidente agradeceu a todos os Conselheiros, ao Reitor e aos convidados as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 14:50 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,







Anexo I

Universidade do Minho  
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária nº 06/2018

17/12/2018

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	
Inês da Costa e Silva	
Isabel Maria Costa Soares	
Joaquim Manuel Freitas da Rocha	
José Gonçalves Teixeira	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Luís Francisco Valente de Oliveira	
Manuel Carvalho da Silva	
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	
Maria José Arantes Costa	
Nuno Henrique Vieira Reis	
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	
Paula Araújo Pereira da Silva	
Paulo António Alves Pereira	
Ramón Villares	
Sandra Cristina Almeida Paiva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	